de 06 de julho de 2006, (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público fiscalizar, através das 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial da Comarca de Belém, as Entidades de Interesse Social que tenham sede ou atuem no município de Belém, nos moldes dos artigos 127, caput, e 129, II, III, VI e IX da Constituição Federal; o artigo 55, IV, da Lei Complementar Estadual nº 57, de 06 de julho de 2006; os artigos 1º a 3º do Decreto-Lei nº 41, de 18 de novembro de 1966; Decisão do Conselho Nacional do Ministério Público, Corregedoria Nacional, Reclamação Disciplinar nº 1622/2011-16; ADIN 1923; artigo 16 da Resolução nº 020/2013-CPJ-MPPA, de 24 de outubro de 2013;

CONSIDERANDO o artigo 27 da Lei 12.101/2009, que estabelece atribuições ao Ministério Público para fiscalizar as entidades de interesse social portadoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS;

CONSIDERANDO que o múnus ministerial abrange o exame de suas contas, a fiscalização do seu funcionamento, o controle da adequação da atividade da Entidade de Interesse Social a seus fins de legalidade e pertinência dos seus atos administrativos, podendo fiscalizar a aplicação dos recursos e promover tanto a anulação dos atos ilegais como a própria dissolução;

CONSIDERANDO que é função do Ministério Público promover procedimento administrativo de apuração finalística de contas bem como, se necessário, inquérito civil público para averiguar eventuais irregularidades nas fundações e demais entidades de interesse social sem fins lucrativos, mormente naquelas que recebem recursos públicos ou privados que têm fins assistenciais ou de interesse social;

CONSIDERANDO o Provimento em Conjunto nº 010/15-MP/PJ/ GCMP, publicado no Diário Oficial do Estado nº 32890, de 21 de maio de 2015, que define os documentos e modelos de demonstrações contábeis exigidos para prestação de contas finalística das entidades do terceiro setor sujeitas ao velamento e à fiscalização pelo Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências;

RESOLVE:

I) INSTAURAR procedimento administrativo para apuração finalística das contas da entidade denominada AMAZÔNICA YOSHIO YAMADA, CNPJ: 34.918.094/0001-02, relativa ao ano-calendário 2016, considerando o recebimento de verba pública no valor de R\$ xxx.ccc,00;

II) AUTUAR a presente portaria, com seu registro no SIMP - Sistema Integrado do Ministério Público;

III) PUBLICAR a presente portaria no Diário Oficial do Estado;

IV) NOTIFICAR o(a) Responsável Legal da entidade em tela, para que apresente, até o dia 30/08/2017, a prestação de contas finalística do ano-calendário de 2016;

V) NOMEAR, sob compromisso, para secretariarem os trabalhos, atuando neste procedimento administrativo de prestação de contas, o Sr. DOUGLAS JOSE DE PINHO e/ou o Sr. ANTONIO

MARCOS DA SILVA FERREIRA, Auxiliares de Administração do Ministério Público do Estado do Pará;

Após, voltem-me conclusos para novas deliberações.

Belém, 25 de Junho de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo
1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc.de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial

Helena Maria Oliveira Muniz Gomes
2ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc. de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
Protocolo: 249461

PORTARIA Nº 7.342/2017-MP/PJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

REVOGAR a Portaria nº 2.737/2014-MP/PJ, de 2/5/2014, publicada no Diário Oficial do Estado de 6/5/2014.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 1º de novembro de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7.343/2017-MP/PJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

REVOGAR a Portaria nº 2.738/2014-MP/PJ, de 2/5/2014, publicada no Diário Oficial do Estado de 6/5/2014.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 1º de novembro de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7.372/2017-MP/PJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e considerando os termos da Portaria nº 5.184/2017-MP/PJ, de 10/8/2017, publicada no D.O.E. de 18/8/2017, que dispensou o Procurador de Justiça Nelson Pereira Medrado da função de Coordenador do Núcleo de Combate à Improbidade e Corrupção (NIC-CAO/DC-IDC),

R E S O L V E:

REVOGAR a Portaria nº 1.807/2017-MP/PJ, de 30/3/2017, publicada no D.O.E. de 4/4/2017, que delegou poderes ao Procurador de Justiça NELSON PEREIRA MEDRADO para adotar as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis no sentido de o Ministério Público obter acesso ao Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGHR, da Secretaria de Estado de Administração do Estado do Pará.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 6 de novembro de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7.408/2017-MP/PJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e considerando os termos do Ofício nº 023/2017-MP/AO, datado de 26/9/2017,

R E S O L V E:

I - REVOGAR a Portaria nº 5.970/2015-MP/PJ, de 23/9/2015, publicada no D.O.E. de 19/11/2015, que designou o Procurador de Justiça NELSON PEREIRA MEDRADO para, sem prejuízo de suas atribuições, compor o Grupo de Atuação Especial do Ministério Público do Estado do Pará, para a tutela coletiva das demandas desencadeadas pelos impactos sociais e ambientais causados pela contaminação existente na área da Companhia Brasileira de Bauxita - CBB, no Município de Ulianópolis - GACBB, instituído por meio de supracitada Portaria, até ulterior deliberação.

II - LOUVAR a colaboração, a competência, a dedicação e a lealdade com que o Procurador de Justiça Nelson Pereira Medrado se houve no desempenho das atribuições de referida designação. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 7 de novembro de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7.409/2017-MP/PJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e considerando os termos do Ofício nº 023/2017-MP/AO, datado de 26/9/2017,

R E S O L V E:

I - REVOGAR a Portaria nº 4.610/2014-MP/PJ, de 21/7/2014, publicada no D.O.E. de 20/10/2014, que designou o Procurador de Justiça NELSON PEREIRA MEDRADO para, na condição de representante do Ministério Público do Estado do Pará, na qualidade de titular, compor o Grupo de Combate às Organizações Criminosas, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça - CNPG, a contar de 5/10/2017.

II - LOUVAR a colaboração, a competência, a dedicação e a lealdade com que o Procurador de Justiça Nelson Pereira Medrado se houve no desempenho das atribuições de referida função. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 7 de novembro de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7.370/2017-MP/PJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 5.184/2017-MP/PJ, de 10/8/2017, publicada no D.O.E. de 18/8/2017, que dispensou o Procurador de Justiça Nelson Pereira Medrado da função de Coordenador do Núcleo de Combate à Improbidade e Corrupção (NIC-CAO/DC-IDC);

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 023/2017-MP/AO, datado de 26/9/2017,

R E S O L V E:

REVOGAR Portarias de DELEGAÇÃO do Procurador de Justiça NELSON PEREIRA MEDRADO, conforme abaixo discriminado:

NÚMERO DA PORTARIA	DATA DA PORTARIA	DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.E.	NATUREZA/ NÚMERO DO DOCUMENTO
6.509/2013-MP/PJ	21/10/2013	22/04/2014	Processo nº 2012.3.08248-3
7.948/2013-MP/PJ	19/12/2013	06/05/2014	Processo nº 2011.7.002731-8
105/2014-MP/PJ	10/01/2014	30/01/2014	Peças de Informação nº 1.23.002.000196/2013-95
505/2014-MP/PJ	24/01/2014	30/01/2014	Peças de Informação nº 002/2014-PJ
536/2014-MP/PJ	27/01/2014	12/02/2014	Peças de Informação nº 004/2014-PJ
1.162/2014-MP/PJ	19/02/2014	13/03/2014	Peças de Informação nº 008/2014-PJ
1.163/2014-MP/PJ	19/02/2014	13/03/2014	Peças de Informação nº 1.23.007.000025/2013-16
1.215/2014-MP/PJ	21/02/2014	13/03/2014	Processo nº 2013.3.022800-3
1.733/2014-MP/PJ	18/03/2014	21/03/2014	Peças de Informação nºs 01.23.002.000070/2005-19 e 1.23.002.000286/2013-86
2.336/2014-MP/PJ	15/04/2014	25/06/2014	Peças de Informação nº 016/2014
2.978/2014-MP/PJ	13/05/2014	29/05/2014	Peças de Informação nº 024/2014-PJ
2.979/2014-MP/PJ	13/05/2014	29/05/2014	Peças de Informação nº 025/2014-PJ
3.006/2014-MP/PJ	14/05/2014	09/06/2014	Peças de Informação nº 026/2014-PJ
3.653/2014-MP/PJ	10/06/2014	17/06/2014	Peças de Informação nº 034/2014-PJ
4.169/2014-MP/PJ	02/07/2014	04/08/2014	Inquérito Civil nº 201/2011
4.171/2014-MP/PJ	02/07/2014	04/08/2014	Protocolos nºs 36237/2013 e 21510/2014
4.406/2014-MP/PJ	11/07/2014	21/07/2014	002081-1 16/2013-MP/PJ/DCF/DPP/MA
5.209/2014-MP/PJ	18/08/2014	21/08/2014	Peças de Informação nº 066/2014-PJ
5.282/2014-MP/PJ	21/08/2014	22/09/2014	Peças de Informação nº 067/2014-PJ
5.329/2014-MP/PJ	22/08/2014	29/09/2014	Peças de Informação nº 019/12/11 PJMAB